

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA REALIDADE DOS ESTUDANTES PERTENCENTES À GERAÇÃO Z: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Letícia Gabryela Cordeiro Lang¹
Dulcyene Maria Ribeiro²

RESUMO

A geração Z, denominação indicada para as pessoas que nasceram entre 1994 e 2012, é composta por cerca de 30 milhões de pessoas no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este grupo volumoso tem sido submetido a uma onda de consumo excessivo por serem clientes acessíveis, uma vez que são reconhecidos como uma geração “super digital”, caracterizada pelos consumidores das propagandas nas redes sociais. Hoje, questões como esta evidenciam a importância de questionar e apontar aspectos da educação financeira a estudantes pertencentes à geração Z, como indicam Menecucci e Mazzi (2024). A educação financeira faz parte da grade curricular dos alunos da rede pública do estado do Paraná, fato que nos levou à oportunidade de desenvolver uma aula sobre educação financeira no 9º ano do ensino fundamental – anos finais. A aula teve o intuito de mostrar aos alunos que o consumo e as formas de trabalho impactam significativamente a vida das pessoas, evidenciando a necessidade da disciplina e do ensino focado na conscientização para um consumo consciente e sobre a influência contida nas mídias sociais. A aula foi norteada pelo material didático disponibilizado pelo governo e iniciada com questionamentos que levavam os alunos a refletirem acerca do consumismo, evidenciando que os gastos sem necessidade estão relacionados ao tanto de dinheiro que se ganha. Assim, neste texto, nosso objetivo é relatar como foi o processo de preparação das aulas de educação financeira, o desenvolvimento das atividades na sala de aula e as manifestações dos alunos diante das temáticas discutidas. Como resultados, foi possível notar que os estudantes conseguiram formular posicionamentos relacionados à temática da aula, por meio dos relatos de suas próprias vivências.

Palavras-chave: Educação financeira, Geração Z, Estudantes Críticos, Mídias Sociais, Currículo.

INTRODUÇÃO

São recentes as iniciativas e os investimentos no ensino de educação financeira. Este fato é bem representado quando falamos das iniciativas nacionais para o incentivo à educação financeira, como o evento da Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), uma iniciativa do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) para promover a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que a partir de 2014 tem se consolidado como um evento nacional de referência na promoção da educação financeira, que atualmente reúne

¹ Graduanda do Curso de Matemática Licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, leticia.lang1@unioeste.br;

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP, dulcyene.ribeiro@unioeste.br





diversas iniciativas gratuitas em todo o Brasil. Seu foco principal está em preparar crianças, adolescentes e jovens para um futuro financeiramente mais consciente. Neste mesmo sentido a existência do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) também é recente, foi criado apenas em 2020, com foco em iniciativas, projetos e programas tanto de forma individual quanto por meio de parcerias com outras instituições, para elevar o nível de educação financeira no Brasil. Estes projetos, FBEF e ENEF, apresentam tópicos interessantes para a formação de cidadão mais consciente financeiramente, mesmo que a necessidade desses projetos não seja recente, e ainda exija bastante esforço dos órgãos responsáveis, como o investimento e criação de disciplinas na educação básica, que abordem a educação financeira.

Atualmente, nos colégios estaduais do Paraná, a educação financeira, é ofertada da seguinte forma, segundo o site oficial da Secretaria da Educação do Paraná:

No Ensino Fundamental - Anos Finais, a Matriz Curricular apresenta a Educação Financeira como uma Unidade Curricular obrigatória para as instituições de ensino da Educação em Tempo Integral, e nas demais instituições, como um objeto do conhecimento abordado pelo componente curricular de Matemática. No Ensino Médio, a Matriz Curricular apresenta a Educação Financeira como uma Unidade Curricular obrigatória para as três séries, em todas as ofertas e modalidades de ensino. (Paraná, 2021)

Para justificar a não criação de uma disciplina específica para a Educação Financeira no ensino fundamental que não se dá em tempo integral, e que é a maioria, propõem-se aulas intercaladas aos conteúdos programáticos da disciplina de Matemática. Essas aulas contam com livro didático relacionado ao tema, acessível aos alunos, que foi introduzido no estado do Paraná apenas em 2025, como material consumível. O livro é intitulado *Aprendendo a lidar com dinheiro: educação financeira: livro do estudante 9: ensino fundamental anos finais*, de autoria de Paulo Costa. O autor apresenta o livro da forma seguinte:

O jovem gosta de falar e de ser ouvido sobre os seus sonhos e desejos. Por isso, este livro é uma conversa: não apenas transmite conhecimentos para o estudante, mas, principalmente, dá voz a ele no processo de aprendizagem. Dessa forma, espero que os jovens percebam que o conhecimento será sempre um auxílio durante a sua jornada, e não algo para ser repetido na sala de aula e esquecido em seguida. Para alcançar esse ideal, o livro recorre a situações do dia a dia pelas quais todos passamos. Cada capítulo apresenta uma situação relacionada a um tema que desperta a curiosidade de todos – o dinheiro –, pois acredito que, para atingir nossos objetivos, temos de aprender a lidar com ele (Costa, 2024, p. 3).





O conteúdo presente no livro didático foi utilizado como norteador para a realização de duas aulas destinadas ao 9º ano do ensino fundamental, abordando a temática da educação financeira. Contudo, houve a necessidade de adaptar o material proposto, de modo a alcançar o objetivo de promover a reflexão e desenvolver o pensamento crítico dos alunos. Buscou-se aproximar as discussões à realidade vivenciada por eles. Diante disso, é fundamental reconhecer o papel do professor como mediador e orientador dessas reflexões, promovendo o diálogo e a construção de significados.

A elaboração deste artigo de relato de experiência seguiu uma abordagem qualitativa, uma vez que a intenção principal foi apresentar, de forma reflexiva, a vivência e prática pedagógica realizada em uma das atividades proposta no âmbito das ações do Pibid.

Inicialmente, foram consultadas as orientações institucionais e artigos publicados em periódicos educacionais que apresentassem temas semelhantes ao que decidimos trabalhar. Assim, a metodologia adotada na escrita deste relato, buscou não apenas descrever uma experiência, mas também possibilitar sua análise crítica e a socialização de saberes produzidos a partir da prática educativa.

Assim, neste texto, o objetivo é relatar como foi o processo de preparação das aulas de educação financeira, o desenvolvimento das atividades na sala de aula e as manifestações dos alunos diante das temáticas discutidas.

As reflexões sobre a utilização da educação financeira como ferramenta para a formação de cidadãos mais críticos devem estar pautadas no incentivo e na orientação adequados desde o ensino fundamental. Essa abordagem inicial contribui para o desenvolvimento de uma consciência financeira responsável e para a formação de sujeitos mais autônomos e capazes de compreender o papel do dinheiro e do consumo em suas vidas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Menecutti e Mazzi (2024) destacam que aspectos sociais, políticos e econômicos influenciam na forma como os indivíduos se percebem e enxergam o mundo ao seu redor, na escola esses aspectos devem estar presentes no currículo para que os alunos tenham a oportunidade de desenvolverem valores e construam escolhas. Segundo Costa (2024) a educação financeira desempenha papel fundamental na formação de indivíduos conscientes sobre gerenciamento de suas finanças e proporciona a ideia de que no sistema brasileiro de





ensino exista a abordagem de questões relacionadas ao consumismo desenfreado e a falta de preparação financeira.

Quando temas da educação financeira são trabalhados com os estudantes, eles crescem com um senso de responsabilidade financeira que pode torná-las pessoas autônomas, além de conscientes diante do consumismo promovido pelas mídias sociais, afinal como destacam Matos e Bonfanti (2016), no período da adolescência, os indivíduos que se importam mais com a avaliação feita pelos "pares" tem uma maior propensão a tentar seguir o grupo e comprar bens que reflitam a imagem desse grupo, mesmo que eles não lhe sejam necessários.

Ter controle sobre as finanças pessoais é fundamental para garantir estabilidade financeira, independentemente da renda mensal. A ausência de conhecimentos em educação financeira pode resultar em escolhas equivocadas, endividamento e dificuldades econômicas ao longo do tempo e, ainda “[...] tem levado muitas pessoas ao endividamento excessivo, privando-as de parte de sua renda em função do pagamento de prestações mensais que reduzem suas capacidades de consumir produtos que lhes trariam satisfação” (Banco Central do Brasil, 2013, p. 11).

As instituições de ensino têm um papel essencial na introdução da educação financeira, contribuindo para que os alunos estejam mais bem preparados para lidar com os desafios econômicos da vida adulta. Essa temática pode ser incorporada ao currículo por meio de programas próprios ou transversalmente, como destacam Cunha e Laudares (2019):

[...] tanto os currículos, quanto os conteúdos matemáticos suscitam uma releitura, uma reformulação, visando um consumidor com consciência crítica. Segundo Rosetti Jr. e Schimiguel (2009, p. 2), o preparo do indivíduo para o exercício da cidadania “exige da escola e dos seus currículos a implementação de competências e habilidades que propiciem uma postura autônoma diante dos problemas a serem enfrentados” (Cunha; LAUDARES, 2019)

Essa necessidade nos leva a refletir sobre os comportamentos da chamada geração Z, que cresceu imersa na era digital, sem conhecer um mundo sem internet, computadores, redes sociais ou celulares. Sua maneira de pensar foi influenciada, desde o berço, pelo mundo complexo e veloz que a tecnologia gerou (Ceretta; Froemming, 2011).

Conforme destacam Guerin, Priotto e Moura (2018), os nascidos a partir da década de 1990 compõem a chamada Geração Z, caracterizados como: multitarefas, individualista, usam tecnologia e internet desde a infância, possuem habilidades com tecnologias de informação e comunicação, entre outros aspectos. Por outro ponto de vista, Jones (2012) alerta que a



geração Z possui reduzida capacidade de concentração, diminuição da ética e trabalho, incapacidade de se conectar com formas tradicionais de mídias como livros ou qualquer outro material impresso.

O número de usuários das mídias sociais cresce significativamente a cada ano, e essas mídias tem se torna cada vez mais acessível a jovens e adolescentes, que muitas vezes não possuem estrutura cognitiva para processar tanto estímulo. Como mencionado por Silva e Silva (2017), o fato de as estimulações audiovisuais e emocionais estarem em sua atividade máxima, pode fazer com que a memória de trabalho fique saturada e haja uma sobrecarga cognitiva. Segundo Cánovas (2015 *apud* Silva e Silva (2017)), em nenhum momento, é permitido ao cérebro ativar sua memória de longo prazo.

Quando apenas as televisões eram consideradas um dos únicos meios acessíveis para a realização de propagandas, grandes marcas usavam desta mídia para incentivar a comprar através dos comerciais super estimulantes. Mas agora, essas propagandas se tornaram mais acessíveis e intensas, uma vez que se tem alcance em massa de um público em potencial, com o auxílio do algoritmo que direciona produtos relacionados às pesquisas dos consumidores (Silva, 2020).

Estes fatores propiciam comportamentos negativos como o consumismo, fortemente incentivado por influenciadores nas redes sociais, que pode acarretar o gasto desenfreado de jovens da geração Z. Isso fica evidente quando acessamos plataformas como TikTok³ e Instagram⁴, em que estilos de vida são expostos de forma romantizada e produtos de luxo ofertados para suprir uma necessidade inexistente.

A partir desta romantização do estilo de vida dos influenciadores, a geração Z tem desenvolvido aversão a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma lei brasileira de 1943 que regula as relações de emprego no país. Nunes (2025) destaca:

Para muitos jovens — e até crianças — ter um emprego com carteira assinada virou sinônimo de perrengue. É o retrato de quem acorda às cinco da manhã e pegar ônibus lotado para ouvir bronca de chefe, muitas vezes por um salário mínimo. Fabiana Sobrinho, de Mogi das Cruzes (SP), foi uma das pessoas que levantou esse alerta nas redes sociais nos últimos meses, ao perceber que sua filha de 12 anos via a CLT de forma negativa, e que o termo já era até usado como ofensa entre os adolescentes (Nunes, 2025, s/p).

³ Tiktok: aplicativo de compartilhamento de vídeos curtos

⁴ Instagram: rede social que permite compartilhamento de vídeos, fotos.





Essa repulsão pela CLT foi historicamente construída em nosso país. Antes de sua implementação, as condições de trabalho eram precárias, não existia uma jornada definida, os salários podiam ser reduzidos a qualquer momento, não havia proteção em caso de doença e o trabalho infantil não sofria qualquer tipo de controle, explica o historiador Paulo Fontes citado por Nunes (2025).

A implementação da CLT, foi e é de extrema importância. Com ela foram estabelecidos limites ao poder das empresas e garantido amparo legal para que os trabalhadores pudessem reivindicar seus direitos. Então, um dos principais fatores que gera essa repulsa nos adolescentes em relação à CLT é a ausência de conhecimento sobre esta modalidade de trabalho.

Com os vários relatos que Nunes (2025) expõem em seu texto, fica evidente como uma geração toda pode ser influenciada facilmente, o que se dá pela ausência de educação financeira em casa e nas escolas.

Estes fatos indicam a necessidade de discussões sobre educação financeira nas escolas. Segundo a Diretoria de Educação do Estado do Paraná - DEDUC:

O trabalho com a Educação Financeira é um assunto abrangente, que com a mediação do professor e o envolvimento dos estudantes será possível observar as implicações da prática consumista e seu impacto na sociedade, promovendo uma reflexão crítica sobre a cultura do consumismo e a importância de priorizar necessidades em vez de desejos imediatos, evitando o endividamento excessivo e estimulando o consumo consciente e sustentável. (Paraná, 2023, p. 14)

A conscientização dos jovens tem potencial para tornar os alunos mais críticos socialmente, incorporando, por exemplo, ideias de consciência de classe e a prática do consumo consciente.

Além do que já foi evidenciado, a prática docente requer uma formação adequada, aspecto que, infelizmente, ainda representa um obstáculo à utilização da disciplina como instrumento de formação crítica dos alunos. Conforme destaca Baroni (2021), citado por Silva (2024), é fundamental que o ensino ultrapasse os limites de uma simples disciplina de Matemática Financeira, promovendo reflexões e ações críticas sobre os contextos social, econômico e financeiro dos indivíduos, com o propósito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida pessoal e coletiva. E para isso é preciso que o professor esteja preparado para tratar desses temas.





RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as reuniões do Subprojeto Matemática do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Unioeste, *campus* Cascavel, surgiu a oportunidade de planejar e ministrar uma aula sobre educação financeira no componente curricular de Matemática, no Colégio Estadual Olinda Truffa de Carvalho, em Cascavel-PR, com uma turma de 9º ano do ensino fundamental, no segundo trimestre de 2025. O planejamento da aula foi fundamentado nos tópicos propostos pelo *Registro de Classe Online* (RCO) do Paraná e pelo material *Aprendendo a lidar com dinheiro: educação financeira – livro do estudante 9*, que abordam a temática dentro da perspectiva da Matemática.

O desenvolvimento da aula se deu por meio de atividades colaborativas que promoveram a participação ativa e o diálogo entre os alunos. O tema inicial, “mercado de trabalho”, foi introduzido com o auxílio de slides e direcionado à reflexão sobre o valor do trabalho e a relação entre renda, consumo e qualidade de vida. Essa escolha está em consonância com Costa (2024) que ressalta a importância da educação financeira formar indivíduos conscientes e capazes de gerenciar suas finanças, articulando o conteúdo escolar com a realidade social e econômica dos alunos.

A discussão que tivemos sobre o mercado de trabalho pode ser considerada como uma das mais importantes entre as que surgiram. Logo no início das discussões, foi perceptível o interesse dos estudantes, especialmente quando compararam seus próprios ganhos (alguns já inseridos no mercado informal) aos gastos e responsabilidades financeiras de seus responsáveis. Estas discussões ocorreram através de uma atividade na qual os alunos deveriam inserir em uma tabela os gastos com transporte, alimentação, luz, água e demais contas que a família poderia apresentar. Tal atividade foi proposta com o intuito de fazer os alunos refletirem e compararem os ganhos e gastos dos alunos que já trabalham, com os de adultos que detêm responsabilidades financeiras com a manutenção da família. Esse momento evidenciou o que Menecutti e Mazzi (2024) apontam sobre a necessidade de que aspectos sociais e econômicos estejam presentes no currículo, possibilitando que o aluno compreenda o mundo à sua volta e desenvolva valores críticos diante das desigualdades.

Na sequência, foi proposta uma conversa sobre os tipos de vínculo profissional, com ênfase nas diferenças entre o trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o trabalho autônomo. Esse tema gerou curiosidade e até risadas por parte dos estudantes, que,





influenciados pelas redes sociais, associavam a CLT a algo negativo e o trabalho autônomo a uma vida de sucesso e luxo, visão já destacada por Jones (2012) e reforçada por Nunes (2025), que descreve a geração Z como fortemente influenciada pelo universo digital e com dificuldades em se conectar com realidades concretas do mundo do trabalho.

Durante o diálogo, foram lançados questionamentos como: *“Qual profissão você pretende exercer?”*, *“Você acredita que o salário dessa profissão atende suas necessidades e as de uma família?”* e *“O que significa ter direitos trabalhistas como férias e 13º salário?”*. As respostas e reações dos estudantes mostraram um processo de desconstrução de estereótipos, aproximando o conteúdo de suas realidades e promovendo uma visão mais consciente e crítica sobre o mercado de trabalho.

A discussão revelou a influência das mídias digitais e do consumismo midiático na construção das percepções dos jovens. Muitos alunos reconheceram que suas visões sobre “sucesso” estavam diretamente relacionadas às imagens idealizadas de influenciadores nas plataformas digitais. Essa constatação reforça o papel fundamental da escola em desenvolver o pensamento crítico, conforme defendem o DEDUC/PR e Baroni (2021) *apud* Silva, (2024), que ressaltam que o trabalho com educação financeira deve ir além do ensino de cálculos, abordando reflexões sobre práticas consumistas e seus impactos sociais.

Para tornar a aula mais dinâmica, foi aplicado um quiz interativo sobre perfis profissionais, que possibilitou aos alunos relacionarem suas personalidades às possíveis áreas de atuação. Essa atividade, além de descontraída, reforçou o caráter formativo e participativo da aula, conforme propõem Menecutti e Mazzi (2024), ao sugerirem que o aprendizado deve emergir da reflexão e da experiência compartilhada.

Ao final, ao serem questionados sobre qual modalidade de trabalho consideravam mais segura e vantajosa, a maioria dos estudantes apontou a CLT, destacando a importância dos direitos trabalhistas e da estabilidade. Esse resultado evidencia uma mudança de percepção, ainda que inicial, resultante da discussão e do contato com informações que geralmente não estão presentes em seu cotidiano digital.

Assim, a experiência demonstrou o potencial da educação financeira crítica para promover reflexões profundas sobre consumo, trabalho e cidadania, articulando conteúdos matemáticos com aspectos sociais, culturais e econômicos. O ensino da educação financeira





deve ser interdisciplinar e contextualizado, permitindo que os estudantes compreendam as implicações de suas decisões financeiras e se tornem agentes conscientes na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidenciou que a educação financeira, quando tratada de forma crítica, contextualizada e interdisciplinar, tem potencial significativo para promover reflexões sobre consumo, trabalho e cidadania entre os estudantes da educação básica. Ao aproximar o conteúdo das vivências reais dos alunos e estimular o diálogo sobre temas como mercado de trabalho, relações de consumo e direitos trabalhistas, foi possível perceber maior engajamento e interesse, mesmo diante de uma temática frequentemente abordada de maneira técnica e descontextualizada.

Os resultados observados confirmam as reflexões teóricas de autores como Menecutti e Mazzi (2024) e Baroni (2021 *apud* Silva, (2024), ao demonstrarem que a formação de sujeitos financeiramente conscientes ultrapassa o domínio de cálculos ou conceitos matemáticos, exige, sobretudo, a compreensão crítica dos contextos econômicos e sociais que moldam o comportamento financeiro. A partir das discussões realizadas, os estudantes começaram a desconstruir ideias enraizadas, como a romantização do sucesso rápido e a visão negativa sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reforçando a importância do papel da escola como espaço de construção de conhecimento e conscientização social.

Contudo, ainda que a proposta tenha gerado resultados positivos, ela também evidenciou limitações e a ausência de uma disciplina específica e contínua de educação financeira, somada à sobrecarga de conteúdos e à falta de formação docente adequada, dificulta o aprofundamento das discussões e o desenvolvimento integral dessa temática. Nesse sentido, é evidente a necessidade de ampliação dos investimentos na consolidação da educação financeira como um eixo permanente do currículo escolar, e não apenas como um tema transversal.

Portanto, a experiência reforça a necessidade de se repensar o ensino da educação financeira na escola, integrando-o de maneira efetiva à realidade dos alunos e à sociedade contemporânea. Por meio de uma abordagem crítica, reflexiva e interdisciplinar será possível formar cidadãos mais conscientes, responsáveis e preparados para lidar com os desafios econômicos, sociais e éticos do mundo atual.





REFERÊNCIAS

BANCO Central do Brasil (BCB). Caderno de Educação Financeira: gestão de finanças pessoais. Brasília: BCB, 2013.

CERETTA, Simone Beatriz; FROEMMING, Lurdes Marlene. Geração Z: Compreendendo os hábitos de consumo da geração emergente. **Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar**, Natal, v. 3, n. 2, p. 15-24, abr./set 2011. Disponível em: https://www.professores.uff.br/screspo/wp-content/uploads/sites/127/2017/09/PSI_P2_artigo7.pdf. Acesso em: 06 ago. 2025.

COSTA, Paulo. **Aprendendo a lidar com dinheiro**: educação Financeira: livro do estudante 9: ensino fundamental anos finais. 3. ed. São Paulo: BEÏ Educação 2024.

CUNHA, Clístenes Lopes da; LAUDARES, João Bosco. Educação Financeira e Matemática Financeira: uma possibilidade pela Educação Matemática. **Revista do Programa de pós-Graduação em educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)**. v. 12, n. 28, p. 74-91, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/9458>. Acesso em: 19 out. 2025.

NUNES, Júlia. 'Se tudo der errado, viro CLT': o que está por trás da aversão dos jovens ao trabalho com carteira assinada. G1, 24 maio 2025. Disponível em: O que está por trás da aversão dos jovens à CLT. Acesso em: 13 nov. 2025.

GUERIN, Cintia Soares; PRIOTTO, Elis Maria Teixeira Palma; MOURA, Fernanda Carminati de. Geração Z: A influência da tecnologia nos hábitos e características de adolescentes. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 3, Edição Especial, p. 726-734, 2018.

JONES, Philippa Hunter. Continuum of Learner Disengagement: Ethnographic Insights Into Experiential Learning in Marketing Education. **Journal of Marketing Education**, v. 34, n. 1, p. 19-29, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0273475311430801>. Acesso em: 06 ago. 2025.

MATOS, Celso Augusto de; BONFANTI, Kátia. Comportamento compulsivo de compra: fatores influenciadores no público jovem. **REGE - Revista de Gestão**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 123-134, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809227616300121>. Acesso em: 18 set. 2025.

MENECUCCI, Fabio Alves; MAZZI, Lucas Carato. Educação Financeira como possibilidade de uma Educação Libertadora. **Revista de Educação Matemática (REMat)**, São Paulo, v. 22, p. 01-23, 2024. Disponível em: <https://www.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/402>. Acesso em: 19 out. 2025.





PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação (SEED). Instrução Normativa nº 007/2023 - DEDUC/SEED. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, Seção 1, p. 14, 14 jul. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação (SEED). Educação Financeira, 2021. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/programa/educacao-financeira>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 12. Educação Financeira para crianças e jovens: preparando a sociedade para escolhas conscientes. Brasília: Fórum Brasileiro de Educação Financeira, 12-18 maio 2025.

SILVA, Carlos Mendes Monteiro da; BRITO, Dante Ponte de. A publicidade nas redes sociais e seus impactos na cultura do consumismo. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 89–101, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/7516>. Acesso em: 19 out. 2025.

SILVA, Priscila de Oliveira e. **Educação financeira na educação básica: um olhar de professores de matemática.** 2024. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c35b30f3-de2b-439d-89e0-402f9b6b167d/content>. Acesso em: 18 out. 2025.

SILVA, Thayse de Oliveira; SILVA, Lebiã Tamar Gomes. Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. **Revista Psicopedagogia**, João Pessoa, v. 34, n. 103, p. 87-97, 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n103/09.pdf>. Acesso em 19 out. 2025.

